

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA , PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 90, DE 15 DE JULHO DE 1996

O Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item IV, do Regimento Interno da Secretaria, aprovado pela Portaria nº. 319, de 6 de maio de 1996 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, alterado pelo Decreto nº.1.812, de 8 de fevereiro de 1996 e o que constam na Portaria nº. 304, de 22 de abril de 1996, alterada pela Portaria nº. 350, de 21 de junho de 1996, na Portaria SDA nº. 6, de 20 de janeiro de 1993 e na Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e

Considerando a necessidade de serem baixadas instruções visando a implantação gradual e paulatina de normas que disciplinem a uniformização dos trabalhos envolvidos na preparação, identificação e distribuição ao comércio varejista de carnes bovina, bubalina, suína, ovina e caprina;

Considerando que o atual sistema de identificação das carnes oferecidas ao consumo, particularmente das chamadas carnes vermelhas, não permite identificar, com a segurança necessária, os estabelecimentos envolvidos no processo de obtenção;

Considerando que a carne (em peça ou em corte), na maioria das vezes, ao chegar ao comércio varejista, mesmo devidamente identificada através de rótulos, tem a embalagem retirada na operação de fracionamento, perdendo, dessa forma, a identificação de origem;

Considerando que há Necessidade de serem corrigidas as falhas decorrentes da aplicação do carimbo oficial; a tinta, nos quartos de carcaças, durante as operações de abate; e

Considerando que a precisa identificação desse produto, além de ser uma exigência da legislação vigente (Código do Consumidor), é de singular importância para o eventual rastreamento epidemiológico de toxi-infecções em que as carnes podem se configurar como produto implicado, resolve:

Art. 1º Instituir a obrigatoriedade da afixação de etiquetas-lacre de segurança nos cortes primários (quartos de carcaça) e cortes secundários do traseiro de bovinos e bubalinos, bem

como nas meias-carcaças de suínos, ovinos e caprinos, obtidos nos estabelecimentos de abate, independente da aplicação dos carimbos oficiais, a tinta, nas diversas partes da carcaça, prevista no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) e instruções complementares.

§ 1º Os cortes previamente embalados, comercializados dessa forma diretamente ao consumidor final, deverão ser identificados mediante rótulo, conforme disposto no artigo 796 do RIISPOA ou legislação do órgão do Município ou do Estado, responsável pela inspeção sanitária de carnes.

§ 2º Entende-se por Cortes Primários os quartos de carcaça obtidos nos estabelecimentos de abate, resultantes da subdivisão da meia-carcaça em dianteiro e traseiro, por separação entre a quinta e a sexta costelas, conforme descrito na Padronização de Cortes de Carne Bovina, aprovada pela Portaria SIPA nº. 5, de 8 de novembro de 1988.

§ 3º Entende-se por Cortes Secundários do Dianteiro as subdivisões do corte primário.

§ 4º Os Cortes Secundários do Dianteiro correspondem às subdivisões do corte primário em Paleta e Dianteiro sem Paleta.

§ 5º Entende-se por Cortes Secundários do Traseiro as subdivisões do corte primário de traseiro em Traseiro Serrote e Ponta de Agulha.

§ 6º As etiquetas-lacre previstas no artigo 1º devem ser aprovadas previa-

mente pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) ou em órgão correspondente do Município ou Estado, de acordo com a Portaria nº. 6, de 20 de janeiro de 1993, da Secretaria de Defesa Agropecuária.

§ 7º As etiquetas-lacre invioláveis, referidas neste artigo serão confecciona-

das com material atóxico e a colocação das mesmas nas peças ou nas embalagens deve ser feita de forma tal que, por ocasião da retirada para manuseio das carnes, , ocorra, sempre, a sua destruição.

§ 8º As etiquetas-lacre terão, em uma das faces, o carimbo oficial de inspeção Modelo 8 (artigo 830, letra "H", do RIISPOA), na outra, as menções previstas no artigo 796 do RIISPOA ou legislação do órgão do Município ou Estado, responsável pela inspeção sanitária de carnes e, quando aplicadas aos cortes de bovinos e bubalinos, receberão, ainda, indicação referente à espécie e ao sexo do animal do qual foram obtidas as carnes.

§ 9º A obrigatoriedade do uso de etiquetas-lacre estende-se aos cortes primários (quartos de carcaça) e aos cortes secundários do traseiro expedidos pelos estabelecimentos de abate para industrialização em fábricas de conservas e/ou para a preparação de peças ou cortes em estabelecimentos de desossa, registrados no DIPOA ou em órgão correspondente do Município ou Estado, bem como para os estabelecimentos varejistas localizados nos Municípios não contemplados pelo Programa de Distribuição de Carnes Bovina e Bubalina ao Comércio Varejista, conforme disposto na Portaria SDA nº. 89, de 15 de julho de 1996. Os cortes secundários do traseiro, destinados ao comércio varejista, obtidos nos entrepostos de carnes e derivados e fábricas de conservas previstos neste parágrafo, obrigatoriamente, deverão conter as etiquetas-lacre anteriormente referidas.

§ 10 Quando se tratar de carnes de bovinos e bubalinos, as informações constantes do rótulo das mesmas, conforme previsto nos §§ 1º, 8º e 9º, deste artigo, seja através de etiqueta-lacre, de rótulo impresso ou de qualquer outra forma, deverão ser complementadas com a indicação referente à espécie e ao sexo do animal do qual foram obtidas as carnes.

Art. 2º Quando for adotado o sistema de embalagem coletiva, sem formação de vácuo, para as carnes desossadas, em peças ou cortes, o continente, constituído por saco de polietileno, deverá ser lacrado com etiqueta-lacre, conforme modelo previsto nos §§ 7º e 8º, do artigo 1º.

Parágrafo único. Na hipótese da embalagem das carnes em caixas, estas deverão ser lacradas mediante o uso de etiqueta adesiva, medindo 0,09m x 0,045m, em cujo centro constará o carimbo de inspeção Modelo 3, de 0,03m (artigo 833, letra "C", do RIISPOA) e a colocação das mesmas nas caixas será de forma tal que seja inevitável a sua destruição quando da abertura das embalagens.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor em 15 de agosto de 1996.

ÊNIO ANTÔNIO MARQUES PEREIRA